



A IDENTIDADE RELATIVA DE PETER GEACH: RESPOSTAS A (ALGUMAS) CRÍTICAS

JAISON SCHINAIDER¹

Resumo: Neste artigo, expomos e defendemos a tese da identidade relativa do filósofo britânico Peter Geach. Iniciamos mostrando como o conceito de identidade é usualmente formalizado na lógica clássica, e enfatizamos a problemática envolvida em tal construção. Em seguida, a partir das ‘incongruências’ existentes em tal teoria, expomos a tese da identidade relativa de um ponto de vista formal e discutimos as vantagens filosóficas em assumirmos este arcabouço. Finalmente, apresentamos e discutimos algumas críticas a esta teoria existentes na literatura, e engendramos defesas à identidade relativa a partir de argumentos formais das mais variadas espécies.

Palavras-chave: Identidade clássica. Identidade relativa. Problemas formais da identidade.

The Relative Identity of Peter Geach: Response to (some) criticism

Abstract: In this article, we expose and defend the thesis of relative identity. We begin by showing how the concept of identity is usually formalized in classical logic, emphasizing the problems involved in such construction. In sequence, we expose the thesis of relative identity in a formal point of view, and discuss the philosophical

1. Doutor em filosofia. Professor da Universidade Municipal de São José/SC (USJ) – jaisonsc@gmail.com

advantage in assume such a framework. Subsequently, we present and discuss some criticisms to this theory, and expose defenses to the relative identity from formal arguments of wide variety.

Key-words: Classical identity. Relative Identity. Formal problems of identity.

INTRODUÇÃO: O CONCEITO DE IGUALDADE E DE IDENTIDADE NA LÓGICA CLÁSSICA

Para que a compreensão da tese da identidade relativa (RI) se dê de um modo efetivo, vale a pena lembrar primeiramente alguns pontos relacionados à noção de identidade e de igualdade nas teorias de primeira ordem (MENDELSON, 1979, p.79; HODGES, 1983, p.6ss.).

Como é sabido, uma das formas de se assumir a noção de igualdade na lógica clássica é admitir em uma teoria K um predicado binário A , por exemplo, e escrever “ $t=s$ ” como uma abreviação de $A(t,s)$, e “ $t\neq s$ ” como uma abreviação para $\neg A(t,s)$. Esta teoria K é chamada de uma “teoria de primeira ordem com igualdade” (ou simplesmente uma “teoria com igualdade”) ao definirmos os seguintes postulados para ‘reger’ A em K :

(1) $\forall x(x=x)$ [Reflexividade da Igualdade - REF]

(2) $x=y \circ (\alpha(x,x) \circ \alpha(x,y))$ [Substitutividade da igualdade - SUB²], onde x e y são quaisquer variáveis; $\alpha(x,x)$ qualquer fórmula bem formada, e $\alpha(x,y)$ advém de $\alpha(x,x)$ por substituir algumas, mas não necessariamente todas as ocorrências de x por y . Desta forma, (2) se torna um *esquema* de fórmulas.

Pode-se mostrar que (1) e (2) acima são verdadeiros (são teoremas) para qualquer modelo M no qual o predicado A em M representa a relação de identidade sobre o domínio do modelo³. Além disso, em qualquer teoria com igualdade, são deduzíveis de (1) e (2) acima os seguintes teoremas para essa relação:

(a) para qualquer termo t , $\vdash t=t$ (reflexividade);

(b) $\vdash x=y \circ y=x$ (simetria), e

(c) $\vdash x=y \circ (y=z \circ x=z)$ (transitividade).

2. Ou ainda “Lei da Indiscernibilidade dos Idênticos”. O termo “Substitutivity of Equality” é utilizado na obra de Mendelson citada.

3. Existem várias outras formas diferentes (mas equivalentes entre si) de se introduzir a igualdade na lógica clássica. Na sequência, Geach irá exatamente apresentar uma outra forma alternativa de se ‘introduzir’ a igualdade na lógica clássica.

Desta forma, em qualquer modelo para uma teoria K com igualdade, uma relação E correspondendo ao predicado '=' neste modelo é uma relação de equivalência. Se esta relação E é a relação de identidade no domínio do modelo, então o modelo é chamado normal (cf. MENDELSON, 1979, p.83). Deste modo, a identidade se torna a menor relação de equivalência satisfazendo REF e SUB. No caso de modelo normal, o que acontece é que o símbolo '=' é então reservado para uso como um símbolo de predicado binário com um significado intencional:

(3) $a=b$ se e somente se a e b são um e a mesma coisa.

Sendo assim, se U é uma estrutura para uma linguagem contendo '=', dizemos que U tem a igualdade padrão se a relação $(=)_U$ existe entre os elementos α e β de U e é verdadeiro que α e β são o mesmo elemento. Desta forma, o sinal de '=' é chamado "símbolo de identidade", e a relação (3) é chamada "identidade": isto relaciona os conceitos de igualdade e identidade (cf. (HODGES, 1983, p.68).

Como vimos, as relações (1) e (2) são bastante intuitivas, mas existe um pequeno problema em tomá-las para 'governar' a identidade: grosso modo, pode ser dito que *estes dois postulados por si só não captam a noção intuitiva de identidade que temos*. Para ver como isso acontece, seguiremos de perto o artigo de Harry Deutsch (DEUTSCH, 2008).

Seja E uma relação de equivalência definida sobre um conjunto A . Para cada $x \in A$, tome $[x]$ como sendo o conjunto de todos os y em A , tal que $E(x,y)$ ($[x]$ é então a classe de equivalência determinada por x). Agora defina sobre A a relação $I(A,x,y)$ do seguinte modo: para x e y em A , $I(A,x,y)$ vale se, e somente se (see), para cada subconjunto X de A , ou x e y são ambos elementos de X , ou nenhum deles é elemento de X . Segundo Deutsch (*op. cit.*), esta é uma forma equivalente de se identificar a relação de identidade sobre um conjunto A como sendo a diagonal do produto cartesiano do domínio deste conjunto por ele mesmo, e se mostra mais útil para o que se segue (*ibid.*).

Suponha que *não designamos nenhuma interpretação especial para o símbolo de identidade* (ou seja, *o tratamos com qualquer outro predicado binário*). Seja M uma estrutura para uma linguagem L da lógica clássica de primeira ordem, e assuma que REF e SUB são verdadeiras em M . Chame a relação definida em M pela conjunção de REF e de 'indiscernibilidade'. Existem três pontos importantes a notar sobre a relação entre indiscernibilidade e a relação de identidade $I(A,x,y)$ definida acima. Primeiro: *indiscernibilidade não necessita ser a relação $I(A,x,y)$* . A indiscernibilidade pode ser uma relação de equivalência E , tendo a propriedade que para alguns elementos a,b do domínio $E(a,b)$ vale, embora $I(A,a,b)$ como identidade *não vale*. Isto porque *pode ser ter que os recursos descritivos da linguagem da teoria não sejam ricos o suficiente para distinguir de uma forma mais 'fina' os itens que estão na relação de equivalência expressa pelo predicado binário*. Dito de outra forma, podemos particionar

o domínio em classes de equivalência, mas não necessariamente essas classes vão definir a identidade entre seus elementos: a identidade $I(A,a,b)$, por assim dizer, é uma relação ‘mais fina’ que a simples relação de indiscernibilidade definida por (1) e (2) acima, e tal ‘fineza’ *pode* não ser descrita adequadamente pela linguagem. Por exemplo, no plano geométrico, definamos sobre a coleção de todas as retas a relação E de “estar na mesma direção”: temos deste modo ‘respeitados’ os postulados (1) e (2) (de forma que podemos ter assim um conjunto de retas que definem uma direção no plano), mas não necessariamente temos uma só reta em cada classe de equivalência. Como conclusão, pode ser dito que a identidade ‘promove’ sim a indiscernibilidade, mas *a indiscernibilidade não nos leva necessariamente à identidade*. Sendo assim, como veremos, de acordo com Peter Geach, o mesmo objeto indiscernível em uma teoria pode ser discernível em outra.

Segundo, não se pode melhorar isso: não existem sentenças ou conjuntos de sentenças que possam ser adicionados a uma lista começando com REF e SUB e que podem garantir que indiscernibilidade coincida com $I(A,x,y)$. Na linguagem da lógica, se diz desta forma que a identidade não é uma relação de primeira-ordem ‘elementar’, ou mesmo que não é uma relação definível em primeira ordem⁴ (para prova disso, ver (HODGES, 1983, p.69ss.) e (FRENCH E KRAUSE, 2006, p. 254)).

Terceiro, como se sabe, dada qualquer estrutura M para L na qual REF e SUB são verdadeiras, existe uma estrutura correspondente QM (a ‘estrutura quociente’ determinada por M) na qual a indiscernibilidade coincide com $I(A,x,y)$ (veja MENDELSON, 1979, p. 83). A existência de estruturas quocientes permite ser possível tratar o símbolo de identidade como uma constante lógica interpretada em termos de $I(A,x,y)$ (cf. DEUTSCH, 2008). O problema é que agindo desta forma, pode-se provar que não conseguimos distinguir entre indivíduos do domínio e as classes de equivalência de indivíduos: intuitivamente, o que acontece é que qualquer elemento do domínio de QM (as classes de equivalência $[x]$) atua como um indivíduo do domínio de A também. Isso resulta que do ponto de vista das linguagens de primeira ordem L , não é possível saber se estamos lidando com um elemento do domínio ou com classes de equivalência desse domínio⁵. Assim, a única alternativa possível é tomar a lógica de primeira ordem com REF e SUB (LPO=) como uma teoria na qual os modelos (as estruturas em que REF e SUB são verdadeiras) serão relações de equivalência E , tal que se $E(x,y)$, então x e y irão ser indiscerníveis com respeito a definidos subconjuntos do domínio (as classes E). Não

4. Entretanto, em uma linguagem tal como a teoria de conjuntos (como usualmente interpretada), ou na lógica de segunda ordem (onde existe o quantificador “para todo X ” permitindo quantificação sobre todos os subconjuntos de um dado conjunto), $I(A,x,y)$ é definível.

5. Para se conseguir evitar isso necessitamos, como dito, de variáveis de segunda ordem, as quais quantificam sobre coleções de objetos do domínio ou, alternativamente, sobre propriedades. A prova do fato descrito no texto pode ser encontrada em (MENDELSON, 1979, p. 83ss).

obstante, não podemos assegurar que todo subconjunto do domínio é definível se o domínio for infinito.⁶

A TESE DA IDENTIDADE RELATIVA

Geach se aproveita do fato de não podermos provar, em primeira ordem, que indiscernibilidade e identidade são equivalentes para fundamentar sua teoria. Já na primeira linha de seu artigo principal⁷, ele mostra a sua tese: a identidade é relativa. Para ele, quando afirmamos que “*x é idêntico a y*”, esta expressão estaria incompleta, pois na verdade seria uma abreviação para “*x é o mesmo A que y*” onde “A” representa algum substantivo contável entendido no contexto em que se declara tal expressão⁸. Desta forma, a identidade é relativizada a algum sortai: “*x é a mesma cadeira que y*”, “*x é a mesma mesa que y*”, e assim por diante. Caso contrário, diz Geach, se a expressão “*x é idêntico com y*” não estiver relativizada a nenhum substantivo, ela é então uma expressão vaga ou a representação de um pensamento incompleto [half-formed thought] (GEACH, 1967).

Para entender melhor suas ideias, vamos ver como Geach fundamenta formalmente sua teoria. Segundo este autor, um dos modos de obtermos a identidade clássica é adicionar no Cálculo Quantificacional Clássico o seguinte esquema⁹:

$$[1] \vdash Fa \circ \forall x (Fx \wedge x=a).$$

6. Para ver prova disso, veja (FRENCH E KRAUSE, 2006, p. 254ss.).

7. *Identity* (GEACH, 1967). Aqui, seguiremos principalmente esse artigo de Geach, mas em algumas passagens outras obras também serão indicadas.

8. Em inglês, os substantivos contáveis [countable nouns] são os que representam, por exemplo, os nomes de objetos, pessoas, ideias, lugares, animais etc., que nesta língua podem ser enumerados, representando assim a maioria dos substantivos. Esses substantivos são utilizados tanto na forma singular como no plural, como por exemplo ‘a newspaper’ (jornal); ‘two newspaperapers’, ‘a cat’ (gato); ‘some cats’ etc. São diferentes dos chamados ‘uncountable nouns’ (ou ‘mass nouns’) que denotam uma substância homogênea (isto é, coisas que percebemos mais como uma massa do que como um ou vários objetos isolados), ou uma idéia abstrata, que em inglês não permite subdivisões. Estes últimos substantivos, portanto, não podem ser contados, tendo a mesma forma tanto para o singular como para o plural (exemplos: ‘water’ (água), ‘salt’ (sal), ‘air’ (ar) etc.). Em filosofia, é comum chamar os substantivos contáveis de “sortais”. Não obstante, é bom citar que Geach posteriormente passou a aceitar que substantivos coletivos [mass nouns] também poderiam ser ‘relativizadores da identidade’. Em uma resposta às críticas a sua teoria (GEACH, 1972 p. 247), ele afirma categoricamente que restringir a interpretação de “A” (em “x é o mesmo A como y”) a substantivos contáveis foi um deslize de sua parte (“was a slip of the pen on my part”), afirmando que no seu outro livro *Referência e Generalidade* (GEACH, 1962, p. 64), ele também permitiu termos massivos (“mass terms”) para tais interpretações.

9. Geach afirma que este esquema foi atribuído por Quine (em seu *Set Theory and its Logic*, p. 13) a Hao Wang como servindo como o único axioma individual necessário para a teoria da identidade.

Podemos “intuitivamente expressar o conteúdo de [1] dizendo [que]: qualquer coisa verdadeira de algo idêntico com um objeto a é verdade de a , e vice-versa” (GEACH, *op. cit.*). Geach nota então que dado o esquema [1] - e a teoria da quantificação - a lei da autoidentidade: $\vdash(a=a)$, a Lei da Indiscernibilidade dos Idênticos (expressa à lá Quine): $\vdash Fb \wedge b=a \odot Fa$, e os teoremas assertando a simetria e a transitividade da identidade podem ser provados. Além disso, diz ele, o sistema lógico obtido por adicionar o esquema acima à teoria da quantificação clássica tem uma interpretação categórica: quaisquer dois predicados binários introduzidos separadamente, conforme o esquema [1], irão coincidir em extensão. Também podemos facilmente formar instâncias do predicado “ F ” considerando uma teoria T com seus termos interpretados, e substituindo “ F ” por predicados unários, binários, ternários e assim por diante. Por exemplo, podemos obter a seguinte instância de [1], sendo “ $Gvaw$ ” um predicado “ F ” ternário que pode ser contruído em T (*ibid.*):

$$Gvaw \odot \forall x (Gvxw \wedge x=a).$$

Para o autor, entretanto, apesar de seus resultados bem conhecidos, a teoria clássica da identidade pode ser ‘desafiada’¹⁰. Para tanto, primeiro ele introduz a noção de “*I-predicable*”:¹¹ um predicado binário, em uma teoria T é um *I-predicable* em T , se ele satisfaz o esquema [1] acima para todas as expressões *construtíveis em T* (isto é, para as fórmulas que são instâncias do esquema [1] na teoria T). Desta forma, um *I-predicable* é um predicado binário de identidade apenas válido nas expressões *construtíveis em T*, ou seja (e isso é importante) é um predicado de identidade não de ‘forma absoluta’, mas somente em relação a uma dada teoria T que interpreta os termos desse predicado. O autor reconhece neste momento que esta afirmação ainda não é uma forma de ‘relativizar a identidade’, mas sim que apenas representa o fato de que o significado de uma expressão é relativo à linguagem que estamos usando: “por tudo o que eu disse até agora, pode ser verdade que se um *predicable* é um *I-predicable* em uma teoria T , então o que isto expressa nesta teoria é a identidade estrita, absoluta e não qualificada [unqualified]” (*ibid.*).

Em sequência, porém, em uma das passagens cruciais do artigo de Geach, temos exatamente a defesa da ideia da ‘relativização da identidade’. Se considerarmos por um momento, diz ele, veremos que *I-predicable* em uma dada teoria T não necessita expressar “estrita, absoluta e não qualificada identidade”, mas sim apenas que dois objetos são *indiscerníveis* pelos predicados que formam os recursos descritivos da teoria (ou a “ideologia da teoria”, nas palavras de Quine, utilizadas por Geach [*ibid.*]), tal como vimos acima na segunda parte deste texto. Assim, os objetos teriam

10. Em suas próprias palavras: “[...] ela tem um calcanhar de Aquiles, como espero mostrar” (*op. cit.*).

11. Para nosso entendimento, do ponto de vista semântico um “*I-predicable*” pode ser tomado como significando a mesma coisa que um *I-predicado*. Nas próprias palavras de Geach (*ibid.*), “Eu uso ‘predicables’ como um termo para a expressão verbal chamada de ‘predicados’ por outros lógicos”. Vamos manter neste artigo o termo original de Geach: *I-predicable*.

apenas uma *identidade relativa* (RI) aos predicados da teoria T em particular, e não um tipo de ‘identidade absoluta’. Se pelo contrário mantivermos, como de costume, que a identidade não deve ser ‘atrelada’ à ideologia de uma teoria definida T , mas sim que qualquer coisa que seja verdadeira para algo idêntico com ‘ a ’ é verdadeiro de ‘ a ’ e vice-versa - sem importar em qual teoria isto está sendo expresso e sem importar que outros predicados ocorrem nesta teoria - caímos em paradoxos tais como de Grelling e Richard, diz Geach.¹² Para ele, no entanto, se nos restringirmos à ideologia da uma teoria T , então como dito um I-predicable necessita expressar somente indiscernibilidade com/em relação à ideologia de T , e apenas indiscernibilidade, acredita o autor, como não é a identidade irrestrita não nos leva aos paradoxos citados (embora ele não prove em seu texto como ‘sua’ indiscernibilidade realmente não leve a tais paradoxos).

Uma das principais (ou a principal) vantagens descritas pelo autor na sua abordagem é que objetos que são indiscerníveis quando confinados a ideologia de uma teoria T , *podem perfeitamente ser discerníveis na ideologia de uma teoria mais ampla* T_1 em que T é um *fragmento* (dado que T_1 contém mais predicados que T). Assim, relativamente a outra teoria mais rica, o mesmo predicado - interpretado da mesma forma - pode não ser mais um I-predicable. Com efeito, diz ele (*ibid.*), um predicado de T que é um I-predicable (nesta teoria) pode não ser mais um I-predicable com relação a uma outra teoria T_1 pois as substituições permitidas de F do esquema [1] em T podem não ser mais as mesmas em T_1 . Por exemplo, o predicado binário “tem a mesma renda como”, poderá ser um I-predicable em uma teoria T na qual as pessoas com a mesma renda são indistinguíveis, mas não em uma teoria mais

12. O paradoxo de Grelling foi formulado em 1908 por Kurt Grelling e Leonard Nelson e é, basicamente, uma reformulação do paradoxo do barbeiro e do paradoxo de Russell. O paradoxo utiliza as palavras inventadas “autológico” e “heterológico”: uma palavra é autológica se descreve a si mesma; as palavras que não são autológicas, ou seja, que não qualificam a si mesmas, denominam-se heterológicas. Por exemplo, “real” é autológica, já que a palavra “real” é real; “sofisticado” também é autológica, já que é uma palavra sofisticada; “palavra” é autológica, já que é uma palavra, e “substantivo” também é autológica pois dá nome a uma classe gramatical, sendo portanto um substantivo. Em contraste, são heterológicas: “longo”, “monossilábico”, “adjetivo”, “verbo”, “mosca” e “palavrão”. Agora, para perceber o paradoxo, observe a palavra “heterológico”. Se essa palavra for autológica, então ela descreve a si mesma, sendo portanto heterológica (e não autológica). Por outro lado, se essa palavra for heterológica, então ela não qualifica a si mesma e portanto não é heterológica. O paradoxo de Richard (1905), por sua vez, diz o seguinte. Considere os números reais entre 0 e 1 que podem ser definidos por um número finito (não limitado) de palavras em português: por exemplo, “zero ponto cinco”, “o maior número tal que elevado ao quadrado e multiplicado por três é igual a dois” etc. Os números definidos desta maneira podem ser enumerados (só temos uma quantidade enumerável de frases de tamanho finito). Considere o seguinte número: “o número real entre 0 e 1 cuja n -ésima casa decimal é três se a n -ésima casa decimal do n -ésimo número é cinco, e é cinco em caso contrário”. O que acontece é que esta frase define um número diferente de todos os números da lista: uma contradição. Este paradoxo é baseado no método diagonal de Cantor para provar que o conjunto dos números reais não é enumerável (cf. CONIGLIO, 2012).

rica T_1 onde elas podem ser distinguíveis. Desta forma, este I-predicable não pode expressar a identidade *irrestrita* até mesmo na teoria mais pobre, já que sendo irrestrita, a identidade não deveria estar ‘dependente’ de T ou de T_1 .

Geach cita um outro exemplo para ilustrar sua tese. Vamos supor que a teoria T seja uma teoria sobre expressões de uma dada linguagem natural, com o domínio dos quantificadores de T agindo sobre os sinais [tokens] das expressões desta linguagem. Não obstante, os recursos descritivos (a ideologia) de T são tão restritos que não podemos nesta teoria dar diferentes descrições para dois sinais de um mesmo tipo [type] (como por exemplo, os diferentes a 's que ocorrem na palavra “Geach” escrita na primeira linha deste parágrafo, e “Geach” escrito agora). Podemos formar um predicado em T , como por exemplo “ $A\xi\eta$ ” significando que “ ξ é equiforme com η ”, o qual pode ser desta forma tomado como sendo um I-predicable. Sabemos quais são as sentenças verdadeiras de nossa teoria, e em especial podemos identificar os I-predicables de T , e o que acontece é que *como a ideologia de T é muito escassa*, o I-predicable de T (e a sua ideologia) realmente não permitem distinguir dois sinais equiformes (como dito, tais sinais serão indiscerníveis em T a partir de tal I-predicable). Além disso, dada sua limitação descritiva, nada *nesta teoria* poderá discernir tais sinais (e é por isso que $A\xi\eta$ pode realmente ser tomado como um I-predicable). Mas, agora, podemos adicionar na ideologia de T apenas mais um predicado que consiga discriminar entre sinais equiformes (como por exemplo, um predicado que diga que “este ‘ a ’ ocorre na primeira palavra ‘Geach’ do parágrafo”). Nesta teoria ampliada T_1 , podemos expressar algo que é verdadeiro de um sinal a em particular, mas que não é verdadeiro para um sinal equiforme a' ; e então, em T_1 , o I-predicable $E\xi\eta$ *não é mais um I-predicable*.

Geach apresenta ainda um outro exemplo. Podemos ter em um dicionário tanto o termo “teísta” como significando a pessoa que acredita em Deus, tanto “teísta” como significando a pessoa que gosta de chá¹³. Embora equiformes, estas palavras serão contadas (ou seja, interpretadas) como duas palavras na teoria “ T = entradas no dicionário”. Mas em um artigo sobre filosofia da religião, todas as entradas da palavra “teísta” serão contadas como somente uma palavra, pois nesse caso o I-predicable está sendo interpretado apenas de uma forma (ou em apenas uma ideologia mais retrita T_1): “a pessoa que acredita em Deus”. Então podemos encontrar uma teoria (ideologia) restrita adequada para cada um dos predicados: “ – é o mesmo símbolo como – ”, “ – é um símbolo equiforme com – ”, “ – tem a mesma entrada no dicionário como – ”, e assim muitos outros, tal que em cada teoria (ideologia) apropriada, cada um desses predicados será um I-predicable nesta teoria. Rejeita-se assim a identidade absoluta, mas se admitem tanto quanto são necessários predicados binários da forma “ – é o mesmo A como – ”, onde “ A ” é algum substantivo contável tal qual dissemos.

13. É bom citar que este exemplo funciona somente com as palavras em inglês.

Mas se podemos construir inúmeros I-predicables, cada um ‘atrelado’ a uma ideologia particular, de certo modo não estamos com isso também ‘poluindo’ nossa ontologia e multiplicando entidades ontológicas tanto quanto substantivos contáveis (ou I-predicables) puderem existir? Para Geach, não. Por exemplo, as palavras em um livro, diz ele, irão constituir somente *um* universo de discurso, mas diferentes critérios de identidade relativa poderão ser aplicados com igual direito neste universo, todos dados por diferentes predicados binários do tipo “ – é o mesmo símbolo como – ”, “ – é um símbolo equiforme com – ”, “ – tem a mesma entrada no dicionário como – ”, e assim por diante. *Cada um desses critérios utilizados é somente uma forma diferente de contar as palavras* (ou seja, cada um é um diferente I-predicable de acordo com a ideologia que temos), *mas o número de palavras do livro permanece o mesmo*. Assim, para Geach, a nossa ontologia permanece sob controle: *somente a ideologia é que está sendo modificada*. De certo modo, pode-se dizer que o que o autor pretende defender é que o I-predicable não nos compromete ontologicamente como no caso da identidade estrita: o I-predicable, como não nos dá uma identidade estrita, está ‘atrelado’ apenas à ideologia da teoria e não à sua ontologia, e não há, por sua vez, nenhuma objeção em expandir a ideologia. Desta forma, Geach diz que está indo ao encontro das ideias do próprio Quine, que defende a posição de que conforme expandimos nosso conhecimento devemos também expandir nossa ideologia; nosso estoque de predicados, mas devemos ser muito mais cuidadosos em alterar nossa ontologia; as coisas com as quais esses predicados se comprometem. Tanto é assim que segundo Geach, como podemos expandir nossa ideologia a qualquer momento, não podemos afirmar de início quantos de tais I-predicables iremos necessitar (inclusive com muitos deles não coincidindo em aplicação): mas isso não é problema, já que do ponto de vista ontológico não estamos criando e nem destruindo nada.

A IDENTIDADE RELATIVA: CRÍTICAS E RESPOSTAS

As ideias de Geach foram fortemente criticadas, bem como defendidas, mas em geral há na literatura um maior número de críticas do que de defesas à identidade relativa (RI). Este fato mostra o quanto essa ideia é polêmica, o que por si só já justifica uma análise mais detalhada de tal construção. Deste modo, nesta seção, analisaremos alguns artigos que discutiram a validade da proposta de Geach e, entremeados ao texto que decorre, ofereceremos possíveis respostas a algumas críticas existentes, o que por fim trará mais clareza à própria tese da RI.

Retornando então à tese principal, de um modo resumido podemos dizer que a ideia de Geach é que não existe nenhum sentido em falar que um x e um y são “o mesmo” até que ‘adicionemos’ a esta sentença um termo geral: “o mesmo F ”,

por exemplo. Assim, o que os filósofos em geral julgam como sendo “identidade”, Geach chama de um *critério de identidade* (GEACH, 1962, p.63-4): “*x* é o mesmo que *y* de acordo com o critério *F*”. Geach acredita inclusive que sua tese de identidade relativa seria (ou deveria ser) apoiada - de um modo inconsciente talvez - por Frege. Isto porque, segundo ele, para Frege a sentença “*x* é um” também é um modo incompleto de dizer que “*x* é um *A*, um único *A*”, ou então tal sentença não teria nenhum sentido claro: “Frege viu claramente que ‘um’ [em ‘*x* é um’] não pode significadamente ser tomado como um predicado para objetos a menos que seja (pelo menos entendida como) atrelado a um termo geral” (*ibid.*). Geach se sente assim perplexo com o fato de que Frege não defendeu filosoficamente uma doutrina de identidade relativa, mas “ao contrário, Frege enunciou com todo vigor a doutrina que [a] identidade não pode ser relativizada: ‘identidade é uma relação nos dada em uma tal forma específica que é inconcebível que várias formas dela devam ocorrer’ (*in Grundgesetze*, Vol. II, p. 254).” (GEACH, 1967).

(PERRY, 1970), um dos autores que criticaram a tese de Geach, também acredita que Frege até poderia aceitar a afirmação de que uma declaração gramatical simples, da forma “*x* e *y* são o mesmo”, realmente poderia não ter um claro valor de verdade (“são o mesmo” o que?), e que esta situação poderia ser remediada ao adicionarmos um termo geral após a palavra “mesmo” (“o mesmo rio”, por exemplo). Além disso, para este autor, Frege também concordaria com a tese de que ao adicionarmos um tal termo geral poderíamos assim obter um critério de identidade: a simples afirmação “*x* e *y* são o mesmo” seria deficiente exatamente por não apresentar nenhum critério de identidade. Frege também admitiria, continua Perry, que ao se fornecer um termo geral e se obter assim um critério de identidade, estamos deixando claro qual relação está sendo enunciada entre os referentes da proposição. Assim, Frege aceitaria que os valores de verdade de “*x* e *y* são o mesmo *F*” e “*x* e *y* são mesmo *G*” podem obviamente diferir: por exemplo, “*Cassius Clay* e *Muhammed Ali* são o mesmo *homem*” é verdadeiro, mas “*Cassius Clay* e *Muhammed Ali* são o mesmo *número*” é falso. Isto mostra, diz Perry, que afirmações do tipo “sendo o mesmo homem como” e “sendo o mesmo número como” não são extensionalmente equivalentes e não expressam, deste modo, a mesma relação.

Mas em ambos os casos, diz Perry, Frege concordaria que existe uma relação, e segundo ele é exatamente neste ponto que Geach discorda. Para Perry, a posição de Frege é que a afirmação “sendo o mesmo *F* que” pode ser dividida em “sendo o mesmo que” e “sendo o mesmo *F*”. Não obstante, é exatamente isto que Geach não aceita: para este autor, a relação “sendo o mesmo *F* que”, tal qual em “sendo um melhor golfista como”, não pode ser dividida em duas relações do tipo “sendo um melhor que” e “sendo um golfista como”. Não existe, diria Geach, algo como sendo apenas “o melhor que” (sem a predicação), haja visto que sem a predicação no mínimo teremos que perguntar “o mesmo o quê?” (*e.g.* a mesma pessoa? O

mesmo estudante? O mesmo filho?) e completar esta relação deficiente. Por isso, como vimos, para Geach não faz sentido julgar quando “ x e y são o mesmo” se não adicionarmos algum termo geral: o mesmo F . Com efeito, essa posição de Geach parece que faz bastante sentido, haja visto que apenas “o mesmo que” por certo não cria uma relação comparativa inteligível: como o próprio Geach afirma, essa afirmação é deficitária, expressa um pensamento mal formado. que tem que ser completada.

Não obstante, para Perry isto na verdade está apenas disfarçando a real natureza da disputa: “Frege não negaria, e eu não negarei, que em todos os julgamentos significativos da identidade um termo geral que transmite um critério de identidade estará implícita ou explicitamente disponível. [...] A questão é o papel do termo geral e o critério de identidade que ele transmite.”. A visão que Perry advoga (e que ele acredita que Frege também advogaria) é que *o papel do termo geral é identificar o referente, e não o ‘tipo de identidade’ afirmada* como defende Geach. Dito de outro modo, se x e y são o mesmo F , esta é uma relação de identidade - no sentido pleno do termo - que se estabelece entre x e y : Frege não admitiria, diz Perry, a possibilidade de que x e y sejam o mesmo F , mas um diferente G , e ainda assim serem o mesmo objeto (como no exemplo acima em que “ x e y são o mesmo sinal (em T), mas diferentes tipos (em T_1)”). Em particular, continua o autor, nenhuma *negação* da relação de identidade do tipo “ x e y são diferentes G ” pode ser verdadeira pois *não é uma declaração de identidade!* Pode-se dizer assim que para Perry e Frege a relação de identidade deve ser ‘total’ e não pode ser relativizada: é neste sentido que Perry afirma que a função do termo geral não é dar um ‘tipo de identidade’, mas apenas identificar a quem se refere essa identidade¹⁴. Segundo Perry, este então é exatamente o primeiro ponto de desacordo entre Frege e Geach, a saber, o princípio sobre o qual está assentada a noção de identidade.

Vejamos um exemplo no intuito de tornar essa divergência mais clara. Suponha uma lista de palavras: A) Casa; B) Casa; C) Livro. Quantas palavras existem nesta lista? A resposta pode ser duas ou três: *depende*, diz Perry, de que *tipo de objeto* estamos contando (palavras-sinais ou palavras-tipos). Existem três palavras-sinais na lista, mas somente duas palavras-tipo. Esta porém não é a forma que Geach olha para a questão. Para ele, não existem dois tipos de objetos a serem contados, *mas dois diferentes modos de contar o mesmo objeto*: há dois diferentes ‘critérios de identidade relativa’, e o número de palavras na lista depende se A) e B) são contadas de acordo com o critério de identidade relativa expressa por “palavra-tipo”, ou pelo critério de identidade relativa “palavra-sinal”.¹⁵ Para Geach, então, a conjunção (I) “A é a

14. Talvez seja exatamente por isso que Frege não enfatizava em seus textos (como estranhou Geach) qual o predicado está sendo referido numa afirmação de identidade: são todos eles!

15. Aqui se percebe mais claramente o que Geach quer dizer com a ideia de “mudança de ideologia não alterando a ontologia”: a nossa lista permanece com três objetos, apenas contados de forma diferente. Na visão de Perry, todavia, temos em um momento dois

mesma palavra-tipo que *B*, mas/e *A* e *B* são diferentes palavras-sinais” é verdadeira. Para Perry (e Frege), pelo contrário: para se ter que “*x* e *y* são o mesmo *F*, mas *x* e *y* são diferentes *G*’s”, “*x*” e “*y*” deverão, diz Perry, *se referir aos mesmos objetos na primeira e na segunda conjunção*. Isto porque o papel dos termos gerais “*F* = palavra-tipo” e “*G* = palavra-sinal” é somente de nos dizer a que objetos (os tipos ou os sinais) àquelas expressões fazem referência (identificar o referente), e não são termos usados para nos dar uma possível noção do ‘tipo de identidade’ que esta sendo afirmada como pensa Geach. Logo, para Perry, não se pode ter na RI uma relação de *identidade* porque nesse caso temos apenas uma ‘indicação’ de quais os termos a que se referem às expressões: na primeira conjunção de (I), *A* e *B* se referem à palavras-tipo; na segunda, à palavras-sinais, e a conjunção destas duas conjunções (como expressando uma relação de identidade) é impossível, já que sendo uma relação de identidade, *A* e *B* não podem diferir de nenhuma forma.

Não obstante, apesar de ser bem sutil, pode-se responder esta crítica de Perry dizendo que se for esse o caso não poderíamos, enfim, enunciar nenhuma *relação* de identidade entre dois objetos. Isto porque é comum assertarmos que “*x* e *y* são o mesmo elétron”, por exemplo, querendo dizer com isso que esses dois objetos ‘partilham’ de uma *relação* de identidade, e *não usamos esta sentença somente para “indicar a que tipo de referente estamos identificando”* tal como defende Perry. Se a função dessa sentença fosse apenas indicar o referente, falaríamos apenas que “*x* é um elétron” ou que “*y* é um elétron”, e não que “*x* e *y* são o mesmo elétron”: esta última expressão existe exatamente para dizermos que dois objetos partilham de uma certa *relação*. E também por isso que, novamente, pode-se aceitar a posição de Geach que afirma que uma proposição simples do tipo “*x* e *y* são o mesmo” é deficitária: como a função dela não é indicar o referente, mas sim a relação, ela se mostra incompleta exatamente por não falar sobre o que *x* e *y* são o mesmo.

Em sequência, Perry continua sua crítica afirmando que para Frege, se temos uma declaração da forma “*x* é o mesmo *F* que *y*” expressando uma relação (“o mesmo *F*”) dos referentes “*x*” e “*y*”, então esta relação deve partilhar de algumas propriedades ordinárias atribuídas para a identidade: a transitividade, a simetria, a substitutividade e a reflexividade. Por exemplo, podemos fazer a substituição de “*y*” por “*x*” na primeira conjunção: “*x* e *y* são o mesmo *F*” (já que a relação de identidade é reflexiva), e obter que “*x* e *x* são o mesmo *F*”. A segunda conjunção, por sua vez, diz que “*x* e *y* são diferentes *G*”. Assim, se fizermos nesta conjunção a mesma substituição que é permitida na primeira conjunção, temos que “*x* e *x* são diferentes *G*”, o que é de certa forma contraditório dado que “*x*” e “*y*” têm que se referir ao mesmo objeto tanto na primeira como na segunda conjunção. Aceitar isso, diz Perry, é negar que a relação expressa por “o mesmo *G*” seja reflexiva, o que

objetos e em outro três objetos de acordo com a forma de contagem: aqui, a nossa mudança de ideologia está alterando a ontologia, o que pode condenar a crítica de Perry.

requer que tal relação seja ou não transitiva ou não simétrica; negar a substituição, por sua vez, é negar que estas relações permitem substitutividade. Assim, para este autor, se aceitarmos a visão de Geach, teremos que abandonar algumas tradicionais e plausíveis doutrinas lógicas.

Em seu artigo *Identity*, Geach diz que “em um primeiro momento” sua visão parece conflitar com a “teoria da identidade clássica” (*i.e.*, a visão que a identidade é uma relação reflexiva que permite substitutividade), mas ele não se estende em explicar como tais regras terão que ser abandonadas se sua teoria de identidade estiver correta. Não obstante, podemos talvez neste caso responder novamente a Perry argumentando que a “regra da substitutividade”, por exemplo, só é válida quando *permanecemos numa relação de igualdade*. Assim, na primeira parte da conjunção “*x* e *y* são o mesmo *F*”, podemos sim substituir “*y*” por “*x*” porque estamos numa relação de igualdade: o mesmo *F*. Na segunda conjunção (“*x* e *y* são diferentes *G*”), não podemos mais substituir (verdadeiramente) “*y*” por “*x*” porque agora estamos trabalhando com uma ideologia (teoria) diferente onde “*x*” e “*y*” são diferentes! Desta forma, as noções de simetria, transitividade, substitutividade e reflexividade só são verdadeiras quando estamos na ideologia da teoria *T*, onde “*x*” e “*y*” são iguais. Em *T*₁, como “*x*” e “*y*” são agora apenas *relativamente iguais em relação à T*, tais relações (em relação à *T*) aqui não valem mais (embora possam valer quando restritas a *T*₁). Como para Geach não há relação de identidade absoluta e irrestrita (no sentido de ser geral, ou seja, não estar atrelada a nenhuma ideologia), mas apenas uma identidade que se dá *relativamente* aos recursos descritivos de cada teoria em questão, *as leis lógicas usuais devem valer somente quando restringidas a cada uma dessas ideologias em particular*.

Outra crítica de Perry diz que “mesmo” - como no caso de “*x* e *y* são o mesmo *F*” - não é por si só uma condição suficiente para se ter uma afirmação de identidade. Por exemplo, podemos dizer que “Sarah e Jimmy são membros da mesma família”, mas isto não é uma afirmação de identidade: nem tudo que deve ser verdadeiro para Sarah, é verdadeiro para Jimmy. Apesar disto parecer um problema de semântica (ou extensão) do significado da palavra “mesmo”¹⁶, vale a pena lembrar que a visão de Geach parece ser exatamente essa: ele não quer uma afirmação de identidade irrestrita (em que tudo o que for verdadeiro para Sarah é verdadeiro para Jimmy, como critica Perry), mas sim apenas *relativa(s) ao(s) I-predicable(s)* que construirmos. Como Geach afirmou, podem existir um grande número de I-predicables, cada

16. É claro que quando dizemos que “*x* e *y* são o mesmo homem”, nos comprometemos de certo modo com um algum ‘alicerce de identidade’ que nos permite afirmar que duas pessoas são a mesma pessoa. Porém, dizer quais características são necessárias para um homem ser igual à outro é, como se sabe, matéria de discussão na filosofia há muito tempo. Como diz (GEACH, 1972, p.249), “dado que ‘homem’ não é um termo lógico, e nem mesmo matemático, não é trabalho da lógica ou da filosofia da lógica fornecer um critério de identidade para ‘homem’”. Abaixo falaremos mais sobre este ponto.

um dando uma identidade relativa diferente, e um deles pode ser um I-predicable alicerçado em uma teoria com recursos descritivos tão pobres que realmente não poderíamos diferenciar (nesta teoria) nem mesmo entre membros de uma mesma família. Com tal restrição, a afirmação “Sarah e Jimmy são membros da mesma família” acabaria por tornar, sim, Sarah e Jimmy ‘iguais’, já que devemos lembrar que neste caso não teríamos (na linguagem) predicados suficientes para uma distinção ‘mais fina’ entre esses dois indivíduos. Em uma teoria mais ampla, com mais predicados, Sarah e Jimmy poderiam ser todavia diferenciados. Interessante notar que Perry em sequência afirma que “me parece claro que se assumirmos que ‘A’ e ‘B’ se refere a palavras-sinais em (I), então a primeira conjunção de (I) não é uma asserção de identidade, mas meramente uma asserção que *A* e *B* são similares em certo aspecto, ou têm alguma propriedade em comum [...]” (*op. cit.*). Não obstante, parece que é exatamente este tipo de ideia de *relativização* que Geach tem em mente, malgrado o uso do termo “identidade” que ele escolheu para nomear sua teoria.

Pode-se assim concluir que a despeito de todas as críticas, parece que o que Perry realmente não aceita, como ele acredita que Frege também não aceitaria, é enfim *relativizar* a identidade: se dissermos que *A* e *B* são o mesmo *F*, *A* e *B* devem ser também a mesma qualquer outra propriedade; o mesmo *G*, o mesmo *H* e assim por diante (dito de outra forma, se *A* e *B* são idênticos, eles devem partilhar todas as suas propriedades, como já dito). Deste modo, para esses autores, não poderíamos ter que um *A* e um *B* sejam o mesmo *F* mas um diferente *G*: neste caso, como existem propriedades partilhadas por um e não por outro, sempre estamos falando de dois objetos diferentes e não de um apenas. Assim, o que se pode dizer é que a não aceitação das ideias de Geach por Perry repousam exatamente no fato de que na teoria de Geach não teríamos mais uma “teoria de identidade” (no sentido irrestrito), mas apenas uma teoria de ‘semelhança’ (de indiscernibilidade), ou algo do gênero. Não obstante, até onde se pode perceber, é exatamente isso que Geach quer: evitar a identidade irrestrita como já comentamos. Se quiser chamar a sua teoria de uma “teoria da semelhança”, e não de “identidade relativa”, isso é uma questão que não altera o cerne da sua ideia.

Em um outro artigo bastante interessante, (STEVENSON, 1972) analisa por sua vez a relação entre a tese da RI e a Lei de Leibniz (LL).¹⁷ Ele inicia seu artigo afirmando que a ideia de Geach de que existiriam diferentes relações de ‘identidade’ expressadas em diferentes contextos leva obrigatoriamente Geach a negar a validade de LL ou, no mínimo, a negar que tal lei exista em relações de identidade relativa (haja visto que *x* e *y* podem não partilhar de certa propriedade). Desta forma, se aceitarmos a LL para a RI, devemos rejeitar a possibilidade que diferentes *b*’s sejam também um e o mesmo *A*: não existe (ou não pode existir) uma identidade relativa na LL.

17. Em segunda ordem, podemos expressar tal lei assim: $x=y \circ \forall F(F(x) \circ F(y))$.

Com efeito, Geach realmente reconhece e aceita a incompatibilidade de sua teoria com a LL. Segundo ele (GEACH, 1967), a LL é dúbia pois envolve a noção de “qualquer coisa verdadeira de” (no caso, na sentença “se x é idêntico com y , então qualquer coisa verdadeira de x é verdadeira de y ”), e esta ‘falta de restrição’ em “qualquer coisa verdadeira de” leva aos notórios paradoxos semânticos de Grelling e Richard que ele acredita, na sua relativização, evitar. Mas, diz Stevenson, esta é uma forma muito ‘rápida’ de se rejeitar a LL, pois não é óbvio que todos os modos de expressar tal lei devam envolver paradoxos semânticos: o esquema aqui usado, diz ele, é somente *uma* forma de leitura de um esquema de axioma padrão usado no cálculo de predicados com identidade. Assim, diz este autor, se pensarmos que a LL é realmente constitutiva do que significamos por identidade, então podemos dizer que as relações que Geach cita como exemplo de relações de identidade relativa não são casos de identidade absolutamente, mas somente casos de *relações de equivalência*. Não obstante, novamente parece ser exatamente este um dos pontos cruciais da ideia de Geach, e o qual é inclusive um dos núcleos de sua teoria: ele *não quer* ter uma relação de equivalência que represente uma noção de identidade absoluta, mas sim apenas que tal relação de equivalência (e outras quaisquer) represente uma *identidade relativa*. Com efeito, diz ele, “qualquer relação de equivalência, qualquer relação que é não vazia, reflexiva em sua área [in its field], transitiva e simétrica, pode ser usada para especificar um *critério de identidade relativa*” (GEACH, 1962, p.249, grifo meu). Além disso, vale lembrar que *quaisquer* conceitos tais como “identidade relativa”, “identidade vaga” etc. tratam-se de outros conceitos, e não de identidade *tout court*, e por isso a LL se torna um tanto ‘incerta’ em tais situações e talvez seja necessário exatamente desenvolver algum tipo de LL ‘adaptada’ para tais arcabouços.¹⁸

Em um outro artigo de crítica à RI, (NELSON, 1970) questiona se a indiscernibilidade, enfim, não pode nunca realmente ser uma condição suficiente para a identidade. Segundo ele, quando o domínio da teoria é fixa, e sabemos que os I-predicables da teoria não distinguem entre todos os distintos elementos do domínio, seria “idiota” tomar os I-predicables de T como expressando identidade estrita em T : “nenhum lógico jamais faria” (NELSON, 1970). Para Nelson, porém, sob certas condições (um tanto quanto especiais, pode-se dizer) podemos sim defender a ideia da indiscernibilidade com uma condição de fato suficiente para a identidade. Uma das situações é se soubermos quais são as sentenças verdadeiras de uma teoria, mas não qual o domínio da teoria e nem que leitura semântica devem ser dadas aos predicados da teoria (uma situação similar à citada por Quine de linguistas tentando traduzir a totalidade de uma linguagem desconhecida). Aqui,

18. Não obstante, ainda assim é interessante citar que para (DEUTSCH, 2008), “[...] o partidário da RI não pode simplesmente rejeitar qualquer forma de LL [...] O problema é [exatamente] o de formular e motivar *restritas* formas de LL [...]. Existe bem pouco trabalho sistemático feito nesta direção, crucial entretanto para o projeto da RI” (grifo do autor).

diz este autor, parece ser sensato proceder por identificar os I-predicables da teoria como dando realmente condições suficientes para a identidade (irrestrita, no caso).

Mas o motivo de Geach não querer que seus I-predicables sejam encarados como fornecendo uma identidade irrestrita é, na verdade, mais profundo. Ele é consciente da ideia de Quine de que indiscernibilidade pode sempre ser uma condição suficiente para identidade desde que seja reconstruído o domínio da teoria em questão através de classes de equivalência e se ajuste a leitura de seus predicados de um modo correspondente, tal como vimos na segunda parte deste trabalho. Sendo assim, para (QUINE, 1950), se um predicado é um I-predicable em uma teoria só porque a linguagem na qual a teoria está sendo expressada não nos permite distinguir melhor os itens dos quais ela se refere, podemos reinterpretar as sentenças dessa teoria de tal forma que o I-predicable na nova interpretação expresse sim a identidade. Toda sentença irá ter as mesmas condições de verdade sobre a nova e a antiga interpretação, mas as referências de suas subpartes irão ser diferentes. Se temos uma linguagem na qual falamos de pessoas, por exemplo, e na qual as pessoas de mesma renda são indistinguíveis, os predicados da linguagem podem ser reinterpretados tal que o predicado que antes expressava “tendo a mesma renda” agora expressa identidade: todavia, como comentamos, o universo do discurso consiste agora de *grupos de renda* e não de pessoas. Entretanto, é exatamente esta a situação que providencia as bases para a argumentação radical de Geach contra a noção de identidade absoluta: ele dirige seu ataque particularmente à proposta de Quine¹⁹ de que um I-predicable em uma teoria de primeira ordem pode sempre ser interpretado como expressando identidade absoluta (nas classes), até mesmo se tal interpretação não é requerida. Geach objeta que a sugestão de Quine é inconsistente com algumas teses do próprio de Quine. Vamos ver como isso acontece.

Um primeiro problema, segundo Geach, é que a leitura dos I-predicables como sendo identidade estrita vai contra a própria posição de Quineana de que “como nosso conhecimento se expande, nós devemos sem hesitar expandir nossa ideologia, nosso estoque de predicados, mas devemos ser mais cuidados sobre alterar nossa ontologia” (GEACH, 1967). Desta forma, o argumento de Geach para a incompatibilidade da proposta de Quine da interpretação da identidade (absoluta) via classes é que, em alguns casos, se continuarmos a ver os I-predicables desta teoria como expressando ou dando condições suficientes para identidade nesse sentido, uma pequena alteração na ideologia da teoria requer uma troca muito maior na ontologia desta teoria. Segundo o próprio Geach:

[...] considere uma teoria *T*, cujo quantificadores são atribuídos a uma certa classe [range] pelo método de Quine: se *T* é uma teoria rica, podemos encontrar em *T* um número de predicados *E1*, *E2*, *E3*, ..., cada um dos quais um I-predicado em

19. Nas palavras do próprio Geach, seu argumento foi diretamente “*ad hominem*” à proposta de Quine” (FELDMAN, 1969).

relação a alguma sub-teoria correspondente $T1, T2, T3, \dots$, e nenhuma das quais tem a mesma aplicação em T como qualquer outra. Na visão de Quine, $E1$ ira expressar identidade estrita em $T1$, e $E2$ em $T2$, e $E3$ em $T3, \dots$; e os quantificadores das teorias $T1, T2, T3, \dots$, devem ser desta forma reconstruídos como tendo diferentes classes em cada caso. Procuramos manter nossa ontologia comparativamente fixa, enquanto permitimos trocas na nossa ideologia; mas agora algumas mudanças bastante triviais na ideologia - a mera omissão de alguns predicables de uma teoria - irão resultar adições em muito grandes à nossa ontologia, à realidade onde os nossos quantificadores supostamente devem variar. (*ibid.*)

Desta forma, pode-se dizer que a crítica de Geach à proposta de Quine se fundamenta na ideia de que se os quantificadores em uma linguagem L forem construídos com seu escopo atuando sobre os objetos para os quais o I-predicable de L dá um critério de identidade absoluta, disto seguem-se algumas consequências que não seriam bem-vindas para amantes de paisagens desertas [“desert landscapes”]. Isto porque, dada uma rica linguagem L em que se é permitido “esculpir” muitas sublinguagens L_1, L_2, L_3, \dots , os usuários de L estariam comprometidos com a existência não somente de uma realidade de objetos para os quais o I-predicable de L dá um critério para identidade absoluta, mas também, para cada uma dessas possíveis sublinguagens L_n , de uma distinta realidade de objetos para os quais os I-predicables de cada linguagem L_n também dão um critério de identidade absoluta (pois neste caso, qualquer sentença de L irá reter suas condições de verdade em qualquer L_n na qual pertença²⁰). Por exemplo, tomamos um livro como universo do discurso e formamos alguns I-predicables (e.g., “ – é o mesmo sinal como –”, “ – é a mesma entrada no dicionário como –”, “ – é um sinal equiforme como –”, e assim por diante). Na proposta de Geach, cada I-predicable será somente ‘uma forma de se ler/contar’ as palavras do livro (cada um em uma teoria restrita), mas as palavras do livro constituem somente um universo de discurso e a ontologia de nossa teoria se refere somente a este universo (isto é, somente às palavras que estão no livro): somente as estamos contando de modo diverso, como dito, de acordo com o I-predicable que adotamos. Agindo desta forma, diz Geach, nossa ontologia está controlada, pois em nenhum momento aumentamos ou diminuimos o número de palavras ‘em si’ do livro a partir do I-predicable que assumimos. Se seguirmos a proposta da Quine de (re)interpretar cada I-predicable possível de ser formado como representando um tipo de identidade irrestrita, irão por sua vez existir “*in rerum natura*” tanto diferentes domínios (e assim ontologias) de palavras quanto são possíveis de serem criados I-predicables (GEACH, 1967). Isto, diz Geach “é plenamente inconsistente

20. Dito ainda de outra forma, se seguirmos a proposta de Quine, a saber, de que a mera possibilidade de ‘entalhar’ de uma linguagem L - na qual as relações $E1, E2, E3, \dots$ não são I-predicables - sub-linguagens L_1, L_2, L_3, \dots nas quais estas expressões são I-predicables, e reinterpretar, para cada L_n estes I-predicables como sendo identidade absoluta, o usuário de L acaba por ficar comprometido com um certo número de entidades não quantificadas sobre L , a saber, para cada L_n , àquelas entidades para as quais o I-predicable de L_n dá um critério de identidade absoluta (cf. NOONAN, 2011).

com dizer que como membro de uma teoria mais ampla, uma sentença mantém suas condições de verdade, mas não seu compromisso ontológico”.²¹ Assim, para este autor, se seguirmos a sugestão de Quine de interpretarmos a linguagem de modo que um (ou mais) I-predicable que nela ocorre expresse a identidade clássica, isso se torna contrário ao altamente intuitivo programa metodológico enunciado pelo próprio Quine acima citado, repetindo, de que tal como nosso conhecimento se expande, nós devemos sem hesitar expandir nossa ideologia, nosso estoque de predicados, mas devemos ser muito mais cuidadosos em alterar a nossa ontologia.

Não obstante, para (NOONAN, 2011), esta crítica de Geach a Quine não se aplica. Isto porque a premissa crucial do argumento de Geach é que a igualdade de condições de verdade leva a igualdade de comprometimentos ontológicos, mas isso não seria verdade. De acordo com Quine, diz Noonan, os comprometimentos ontológicos de uma teoria são somente em relação àquelas entidades que estão no domínio de quantificação da teoria (*i.e.*, no domínio de \exists e de \forall). Uma teoria, diz este autor, não precisa estar comprometida com qualquer coisa que tem que existir no universo para ser verdadeira, mas somente para as coisas que têm de existir no *seu* universo para ser verdadeira. “Não existe nenhum argumento para igualdade de condições de verdade [significar o mesmo que] igualdade de comprometimentos ontológicos.” (*ibid.*). (NELSON, 1970), também não aceita esta crítica de Geach à Quine. Para este autor, o problema é que “mudanças triviais na ideologia”, como afirma Geach, não são adições no nosso estoque de predicados, mas ao invés disso, “a omissão de alguns predicados da teoria”! Desta forma, diz este autor, o contraexemplo de Geach não é - afinal de contas - um contra-exemplo para a tese de Quine porque Geach cita *um ‘encolhimento’ e não uma expansão* da ideologia. Nelson diz então que “permanece um mistério, no mínimo para este autor, porque Geach pensa que a omissão de alguns predicados irá, na visão de Quine, resultar em ‘adições muito grandes na nossa ontologia’ ” (*op. cit.*). Além disso, conclui Nelson, para Quine questões sobre o que existe devem ser sempre feitas relativamente a uma linguagem particular da teoria: relativamente a uma certa linguagem, podem existir homens, para outras coelhos etc. Relativamente a uma linguagem muito rica, podem existir todas essas coisas e muito mais (QUINE, 1968). Para alguns propósitos, especialmente para fazer filosofia, um domínio relativamente pobre (um “desert landscape”, nas palavras de Quine) é preferível. Mas tal preferência, diz Nelson, não é incompatível com o reconhecimento de que para outros propósitos um rico e multivariado universo do discurso seja em tal caso preferível. Assim, para os autores citados, pode-se concluir que os argumentos de Geach contra Quine não são tão efetivos e não demonstram, enfim, que o fato de assumirmos os I-predicables *a lá* Quine realmente criam uma poluição ontológica, de modo que a tese da RI assim se mostra desnecessária.

21 *in* Geach, *Ontological relativity and Relative Identity*, citado por (NOONAN, 2011).

Não obstante, podemos agora responder aos autores citados usando (novamente) as palavras do próprio Quine. Isto porque, segundo este autor (QUINE, 1980), nos comprometemos ontologicamente com aquelas entidades que podem ser valores de variáveis ligadas das sentenças da linguagem que usamos (que para ele era uma linguagem de primeira ordem com identidade), em particular como se sabe a partir das variáveis ligadas pelo quantificador existencial \exists . É no mínimo um tanto contraditório afirmar, como faz Noonan, que para Quine só estamos comprometidos com coisas dentro de cada universo particular, mas que isso não cria "*in rerum natura*" uma poluição ontológica mesmo em tal universo particular. Além disso, se a identidade assumida for realmente a irrestrita, é no mínimo filosoficamente estranho dizer que em uma teoria mais ampla - como afirmou Geach acima - uma sentença deve manter suas condições de verdade, mas não seu compromisso ontológico.

Por fim, outra ideia criticada novamente por Nelson é que segundo Geach, como vimos, mesmo não podendo significativamente perguntar se as palavras particulares de um livro são idênticas (do ponto de vista da identidade irrestrita), podemos significativamente perguntar se são a mesma palavra-símbolo, ou a mesma palavra-tipo, ou a mesma entrada no dicionário etc. Mas segundo Nelson, é sem significado falar de particulares como sendo idênticos relativamente a algum termo substantival (e.g., 'palavra-tipo'), mas distintos relativamente a algum outro termo substantival (e.g., "palavra-sinal"), *porque não existem particulares que são 'de nenhum tipo particular'*. Não existem palavras, diz Nelson, que não são nem palavras-sinais, nem palavras-tipo, nem entradas do dicionário, mas *pairam ambigualmente entre todos estes tipos de palavras*, de modo que é sem sentido (ou desnecessário) enunciar o 'tipo' (ou o critério de identidade) de palavra que estamos contando/usando. Não obstante, parece que neste ponto Nelson realmente se equivoca. Isto porque podemos ter sim o termo "palavra" pura e simples para denotar um critério de identidade relativa (um I-predicable) e contar, por exemplo, as palavras de um livro usando apenas este critério, bem como de acordo com o caso ou necessidade em outros momentos também criar outros tipos de I-predicables (o de "palavras-sinal", o de "palavras-tipo" etc.) e também contar as palavras do livro de acordo com essas outras formas. Esta, inclusive, é também a resposta de (ZEMACH, 1974) a esta crítica, que faz uso de um tipo de 'argumento da simplicidade' para defender sua posição. Também para este autor podemos sim ter simplesmente o termo "palavra" como dando um critério de identidade: "Geach", por exemplo é uma palavra que pode ser usada como critério de identidade se quisermos contar o número de vezes que "Geach" pura e simples aparece no texto, diz ele. A demanda por ser 'mais preciso' e ter que especificar *sem necessidade* se esta é uma palavra-tipo ou uma palavra-sinal é sem razão e enganosa. Com efeito, diz este autor:

Suponha-se que em todos os livros impressos até t nenhuma palavra ocorreu duas vezes. Até t não houve, portanto, nenhuma necessidade de distinguir palavras-tipo de palavras-sinais (apesar de que, obviamente, *poderíamos* ter formado estes conceitos). O termo ‘palavra’ puro e simples foi suficientemente adequado. Em tal circunstância, poderíamos sempre dar uma resposta precisa à pergunta “quantas palavras existem, digamos, p. 256 de um determinado livro”, sem ter que determinar se o que contamos são palavras-tipo ou palavras-sinais. O termo *palavra* era, na teoria T (i.e., inglês menos os conceitos de palavra-tipo e palavra-sinal), um sortal perfeitamente adequado. Agora, em t' , se descobre que a maquinaria conceitual (ideologia) de T é inadequada. A fim de ser capaz de dizer se a palavra ‘Geach’ impressa na parte superior da página é ou não é idêntica à palavra ‘Geach’ impressa na parte inferior da página, devemos [agora] utilizar os conceitos de palavra-tipo e de palavra-sinal. Tenha T' sendo a teoria T mais estes dois conceitos. O que podemos ver agora é que T' pode ser formado de *duas maneiras diferentes*. No modo de Quine [todavia], a única maneira considerada possível por Nelson, Perry etc, é expurgar a palavra ‘palavra’ de T' . Em T' , ‘palavra’ não tem significado [...]. Assim, a ontologia de T' não inclui quaisquer palavras, tem apenas palavras-tipo ou então palavras-sinais, conforme o caso” (*ibid.*, grifos do autor).

Assim, na proposta delineada por Quine, como dito, temos que *eliminar* o termo “palavra” e colocar outros em seu lugar (palavra-tipo ou palavra-sinal, por exemplo). Mas na proposta de Geach, diz Zemach, podemos continuar retendo o termo “palavra”: expansão ideológica não necessita envolver purgação *pois esta expansão é apenas ideológica*. Ele conclui que podemos então identificar palavras usando os recursos descritivos de T para este propósito, e especificar quais dessas palavras são a mesma F , G , etc, onde F , G , são aqueles (novos) termos incluídos em T' mas não em T . Não obstante, mesmo assim Nelson mantém sua posição. Se um universo do discurso, ou domínio, ou ontologia de uma teoria é fixa, diz ele, então deve ser possível fazer uma lista de elementos desta ontologia. E se isso é assim, podemos de pronto determinar que tipo de coisas estão incluídas neste domínio (por exemplo palavras-sinais, ou palavras tipo, ou entradas no dicionário etc.). Se nosso domínio é finito, devemos ser hábeis a contar os elementos deste domínio: não podemos contar palavras sem conhecer que tipo de palavras (sinais ou tipo ou entradas no dicionário) estamos contando. Para Nelson “palavra”, por si só, não fornece uma base para contagem, o que, diga-se de passagem, é uma posição no mínimo estranha.

Um último artigo criticando a posição de Geach que citaremos é o de Fred Feldman (FELDMAN, 1969), o qual começa com um exemplo. Para Geach, diz esse autor, a relação expressa por “é idêntico com” é semelhante à relação expressa por “é melhor que” no mínimo em um aspecto. Se x e y são pessoas, pode-se ter que x é um melhor golfista que y , enquanto y é um melhor poeta que x . Se meramente dizemos que “ x é melhor que y ”, Feldman concorda, falhamos em especificar a respeito do (ou em relação a) que ele é melhor. Feldman cita um exemplo: vamos usar entre termos singulares o termo “grego” para indicar uma forma de identidade

relativa: “ser o mesmo grego como”. Assim, podemos usar tal termo na sentença: “Sócrates = grego = o marido de Xantipa”. Podemos ler essa afirmação, diz Feldman, como “Sócrates é o mesmo Grego que o marido de Xantipa”. Outra forma de identidade relativa, por exemplo, é expressa pelo termo “homem”. Este, no caso, pode ser usado na relação “ser o mesmo homem como”, e está agora envolvido na proposição “Sócrates = homem = o marido de Xantipa”. Podemos formar, assim, um número variado de símbolos de identidade relativa meramente por mudar “grego” e “homem” por outros termos.²²

Para analisar as ideias de Geach, Feldman divide o argumento desse autor em três estágios: (1) o estágio do paradoxo; (2) o estágio da expansão da ideologia; (3) o dilema.

Na primeira etapa do argumento, Feldman diz que Geach tenta mostrar que a tentativa de se definir a ‘real’ ou ‘absoluta’ identidade leva a paradoxos, tal como vimos. Mas para Feldman, Geach não consegue mostrar que a afirmação (I) “ x é idêntico a $y =_{\text{def}}$ que qualquer coisa verdadeira de x é verdadeira de y e vice-versa” que não leve em conta a ‘ideologia’ da teoria T , ou em qual teoria tal afirmação esta sendo expressa, leve efetivamente aos paradoxos citados por ele. Com efeito, diga-se de passagem no artigo original de Geach, este autor não faz nenhum esforço para mostrar por que não devemos tentar evitar os paradoxos da identidade via outras formas alternativas. O paradoxo de Grelling, diz Feldman, parte por exemplo do fato de que as coisas ou são verdadeiras ou são falsas (sem meio termo), mas muitos filósofos têm deixado aberta a possibilidade de que alguns predicados não são nem verdadeiros e nem falsos para certas coisas. O mais estranho é que na resposta ao artigo de Feldman²³, Geach não comenta nada sobre a questão levantada por Feldman acerca dos paradoxos. A única coisa que afirma é que os partidários da identidade absoluta aceitam a tese (I) acima, e a sua objeção a esta tese é exatamente que o predicado binário “é idêntico a” pode ser entendido de um modo duvidoso em vista dos paradoxos semânticos. A solução clássica dos paradoxos, diz Geach, é tomar “é idêntico a” como sendo estabelecida para os predicados de alguma linguagem definida L , mas ele mesmo (o predicado) como não pertencendo ao

22. Vale dizer que em um primeiro momento parece sensata a reconstrução das ideias de Geach por Feldman. Mas na resposta de Geach a este artigo, ele critica tal reconstrução afirmando que Feldman muitas vezes lhe atribui definições, teses e argumentos que ele (Geach) não colocou diretamente no seu artigo original “*Identity*”. Geach diz, em especial, que cuidadosamente evitou exemplos com descrições definidas acompanhando o sinal da identidade como o fez Feldman. O problema da identidade é complicado por si mesmo, diz ele, “e não quero, em minhas mãos problemas sobre descrições definidas também” (FELDMAN, 1969). Interessante também notar que de todos os artigos que criticam a tese da RI, o de Feldman foi o único que Geach tentou (de um modo um tanto mal humorado, diga-se de passagem) responder.

23. (FELDMAN, 1969). Também em (GEACH, 1972, p.247-9).

vocabulário de L , mas sim à uma metalinguagem M , coisa que Geach não aceita exatamente por estar sendo atrelada à uma metateoria (*op. cit.*).

Um segundo problema com a construção de Geach, diz Feldman, é que é intolerável aceitarmos que conforme a ideologia se expande de modo a permitir novos discernimentos, coisas que previamente eram idênticas tornem-se diversas.²⁴ Do seu artigo extrai-se que:

Suponha que L é uma pequena linguagem que não contém nenhum predicável em termos dos quais a pode ser discernido de b . Assumindo por um momento que identidade é indiscernibilidade em alguma linguagem, aceitamos que a e b devem ser idênticos. Agora imagine que existe uma linguagem maior, L_1 , na qual existe um predicado não partilhado por a e b . Desde que a e b são discerníveis em L_1 , temos que dizer que a é diferente de b . O resultado é que quando a ideologia se expande de modo a permitir novos discernimentos, coisas previamente idênticas se tornam diversas. Isto, obviamente, é intolerável.

Em sua resposta, Geach diz que Feldman apresentou a relação entre uma maior e uma menor linguagem em termos temporais: “estamos imaginando um pobre demônio com um vocabulário bem escasso, que então aprendeu um maior estoque de palavras e que pode [agora] discriminar coisas que antes era linguisticamente indiscerníveis”. Para Geach, isto é uma confusão completa. A relação não é temporal, diz ele, mas teórico-conjuntista [set-theoretical]: as palavras (sentenças) da sub-linguagem são uma parte própria das palavras (sentenças) da linguagem. Além disso, diz ele, quaisquer sentenças verdadeiras da linguagem irão continuar a ser verdadeiras numa sublinguagem: disto segue que todos os comprometimentos existenciais das sentenças na sublinguagem são comprometimentos retidos na linguagem em si.

Em uma última passagem, Feldman afirma que podemos negar a posição de que a sentença “ $a = b$ ” deva ser obrigatoriamente formulada como “é a = palavra-tipo = b ?”, pois poderíamos formular o mesmo questionamento perguntando, por exemplo, se “ a é idêntico com b em L ” (ou coisa do tipo), formas que não levam em conta sortais. Deste modo, para Feldman, Geach não mostrou, enfim, porque o seu relativismo é preferido a algum tipo de ‘linguagem-relativismo’ ou coisa do gênero. Quanto a este último ponto, em sua resposta Geach afirma que “expressões como ‘é o mesmo tal que’ são partes de nossa linguagem e aparentemente não têm nenhuma necessidade de justificação; eu não preciso me desculpar por preferi-las à outras sugeridas relativizações de ‘o mesmo’: ‘é o mesmo em alguma linguagem L ’, ou ‘é o mesmo para Mr. Iksinski’, as quais são expressões que não entendo” (FELDMAN, 1969).

24. Essa crítica representa a resposta ao estágio 2 (expansão da ideologia) da divisão do argumento de Geach feita por Feldman.

Não obstante, Feldman conclui dizendo então que não temos nenhuma razão para adotar o relativismo de Geach mas, ao contrário, temos boas razões para rejeitá-lo. Segundo ele, Geach desafiou o partidário da identidade absoluta a ter que definir um critério para um predicado expressar identidade estrita na proposição “ x é idêntico com y ”. Podemos, diz Feldman, fazer a mesma questão para Geach: qual o critério para um predicado expressar uma forma de identidade relativa? Como definir expressões tal como “ $x = \text{homem} = y$ ”? A resposta mais plausível, diz Feldman, é que esta proposição significa que “ x é um homem, y é um homem e x é idêntico a y ”. Mas obviamente Geach não pode responder desta forma pois isto requer o uso da noção de identidade absoluta que ele rejeita. Desta forma, diz Feldman, “o absolutista pode estar em dificuldade com uma expressão indefinível, mas o ‘Geach-relativista’ parece estar em dificuldade com um número indefinidamente grande de tais expressões. A este respeito, o absolutista parece [estar em uma] melhor [posição].” (FELDMAN, *op. cit.*).

Em um primeiro momento parece que a crítica de Feldman realmente faz sentido, pois para que a primeira parte da sentença “ x é o *mesmo* F que y , mas não o mesmo G que y ” seja verdadeira, necessitamos de um tipo de identidade absoluta: “ x é o *mesmo* F que y ”. Todavia, devemos lembrar que de acordo com as próprias ideias de Geach, como pontuamos, qualquer relação de equivalência, qualquer relação que é reflexiva, transitiva e simétrica pode ser usada para especificar um critério de ‘identidade’. Ele cita um outro exemplo (GEACH, 1987): a questão de quantos animais existem em um zoológico pode ser respondida de modo diverso caso contemos ou não os leões como animais diferentes²⁵, ou se contamos palavras em um livro, podemos estar interessados no comprimento total do livro ou na riqueza do seu vocabulário, que também são formas diferentes de contagem. Assim, diz ele, *qualquer relação de equivalência* pode servir como base de uma contagem para coisas no domínio da relação, de modo que na primeira parte da sentença acima, o termo “o mesmo” também deve ser entendido como sendo dado por um ‘tipo’ de identidade relativa. É claro que a relação de equivalência que define “é o mesmo homem que”, por exemplo, é matéria de longo debate filosófico: de qualquer modo, como já comentado, desde que “homem” não é um termo lógico e nem matemático, não é trabalho para a lógica ou a filosofia da lógica suprir um critério de identidade para homens.²⁶

25. O que Geach quer dizer com esse exemplo é que podemos contar leões individualmente (e portanto n leões), ou como um grupo (e portanto apenas 1, no caso). Com efeito, diz ele (FELDMAN, 1969): “vamos supor que estamos contando animais em um zoológico. Podemos atribuir diferentes números para diferentes animais individuais, ou novamente, podemos atribuir um número para todos os leões, um para todas as girafas e assim por diante.”.

26. Veja novamente mais uma das qualidades fundamentais da teoria de Geach ao afirmar que “qualquer relação de equivalência pode ser tomada como um critério de identidade relativa”: neste caso, ficamos restritos à lógica e não nos ‘extraviamos’ para debates

O último trabalho que citaremos aqui é um dos poucos que existem em defesa da RI. Neste sentido, para (ZEMACH, 1974), uma outra principal razão de subscrever a RI é que ao contrário de Frege que afirmava que todos os conceitos têm limites definidos (isto é, se F é um conceito, então dado qualquer objeto x , deve ser verdadeiro ou falso que Fx ; no sentido de que poderíamos até não saber, é claro, se x é F , mas a questão de sabermos se Fx é a princípio passível de resposta) a moderna filosofia está centrada no repúdio desta tese: *muitos filósofos contemporâneos são da opinião que conceitos empíricos são de 'textura aberta'* [open textured]. Casos incertos, diz Zemach, são essenciais e não elimináveis, e nenhum conceito empírico vem equipado com uma lista completa de condições necessárias e suficientes para sua aplicação. Desta forma, para este autor, podemos rejeitar a demanda por conceitos sempre com limites rígidos e passar a usar conceitos nos quais os limites são vagos [blurred], de modo que a partir da identidade relativa podemos também nos referir a entidades nas quais as condições de identidade não são todas determinadas antecipadamente.²⁷ Neste caso, podemos por exemplo usar um termo, e.g., 'Bob Dylan', para falar de Bob Dylan sem ter predeterminado todas as condições de identidade de tal indivíduo que, como se sabe, são matéria de inúmeros debates. Esta para Zemach talvez seja uma das melhores justificativas para não aceitarmos por completo a visão de Frege (e de Leibniz) de definição rígida dos conceitos e da noção de identidade para os mesmos.

Zemach mostra um exemplo para fundamentar sua defesa. Suponha que eu tenho uma lagarta de nome "Marco Antônio". A lagarta se transforma, mais tarde, em uma borboleta chamada "Cleópatra". A questão que se põe é se Marco Antônio é idêntico a Cleópatra. Um Gechiniano irá dizer que por enquanto a questão não é passível de resposta porque $x=y$ é uma expressão incompleta (falta o substantivo; o sortal): Marco Antônio e Cleópatra poderiam ser o mesmo inseto, mas não a mesma lagarta ou borboleta, por exemplo. Fregeanos irão afirmar, por sua vez, que não podemos dizer se Marco Antônio é ou não idêntico a Cleópatra porque não está claro o que Marco Antônio e Cleópatra estão denotando. Se eles denotam o mesmo inseto que era uma lagarta, tornou-se uma larva e depois uma borboleta, então sim, são o mesmo. Mas se Marco Antônio denota uma lagarta que cessou de existir quando ele se tornou uma larva, e Cleópatra denota uma entidade que sempre foi uma borboleta e apenas uma borboleta, então Marco Antônio não é idêntico a Cleópatra. Até que esses detalhes sobre Marco Antônio e Cleópatra sejam especificados, diriam eles, os termos enunciados não podem ser usados para se referirem a qualquer coisa. Para Zemach, entretanto, tal abordagem Fregeana é incoerente: com certeza, diz ele, se

filosóficos sobre o quanto de um certo predicado realmente define um certo objeto, assunto este que não faz parte da disciplina da lógica. Sobre uma discussão sobre os sortais e uma possível definição dos mesmos, veja (HIRSCH, 1982), principalmente os capítulos 1 a 3.

27. Vê-se aqui uma possível ligação das ideias de "open textured" de Zemach com a matemática e a lógica "fuzzy".

nenhum detalhe sobre Marco Antônio e Cleópatra são conhecidos, então realmente não podemos dizer que os termos em questão podem ser usados para se referirem a qualquer coisa que seja. *Mas existe uma grande distância*, continua o autor, *entre ter determinado todas e não ter determinado nenhuma das propriedades de Marco Antônio*, por exemplo. O argumento de Zemach é assim de “open texture”, tal como ele defende:

Eu acredito que é errado dizer, como o fazem não-Geachianos, que não estou usando ‘Marco Antonio’ referencialmente, que o referido termo falha em denotar qualquer coisa se não tenho agora determinado como pretendo usar o nome no futuro, quando eu tiver na caixa uma crisálida, ou uma borboleta, em vez de uma lagarta. [...] Textura aberta é inevitável em nosso uso tanto de termos gerais bem como singulares [...]. Nossos termos são feitos para lidar com certas situações, em certos domínios. Sendo não-omniscientes, não podemos prever todas as palavras possíveis. Em tais termos [indeterminados], a RI está aqui para ficar.

CONCLUSÃO

Este artigo teve o objetivo primordial de dar apenas um ‘apanhado geral’ sobre a problemática envolvida na questão da RI, bem como responder algumas críticas que foram levantadas contra esta teoria. Como comentamos, tal tese foi extensamente criticada, e muitas outras críticas (que não apresentamos aqui por uma questão de espaço) podem ser encontradas nos artigos citados.

De toda forma, tal como vimos neste texto, uma das principais aplicações da RI se refere à ‘solução’ de alguns problemas clássicos da identidade. Mesmo não prometendo (ou não conseguindo) uma solução efetiva desses problemas, a identidade relativa lança considerável luz sobre eles, o que por isso mesmo já justifica uma análise mais atenta das ideias de Geach.

BIBLIOGRAFIA

CONIGLIO, M. E., *Teoria axiomática de conjuntos: uma introdução*. Disponível on-line: <http://www.cle.unicamp.br/prof/coniglio/CONJUN.pdf>. Acessado em 22/10/2012.

DEUTSCH, H., Relative identity. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*: <http://plato.stanford.edu/archives/win2008/entries/identity-relative/>, Winter 2008 Edition, acessado em 14/02/2012.

FELDMAN, F., Geach and relative identity (with rejoinder (by Geach) and reply (by Feldman)). *The Review of Metaphysics*, 22, 1969, pp. 547-561.

FRENCH, S., e KRAUSE, D., *Identity in physics: a historical, philosophical and formal analysis*. New York: Oxford University Press, 2006.

GEACH, P. T., *Reference and generality*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

GEACH, P. T., Identity. *The review of metaphysics*, XXI, No. 1, pp. 3-12, 1967.

GEACH, P. T., *Logic matters*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

GEACH, P. T., Relative identity. *Essays on Philosophy and Logic: Proceedings of the XXXth Conference on the History of Logic*, Ed. J. Perzanowski. Cracow: Iagiellonian Un. Press, 1987, pp. 19-32.

HIRSCH, E., *The concept of identity*. New York: Oxford University Press, 1982.

HODGES, W., *Elementary predicate logic*. In: *Handbook of philosophical logic - vol. 1: elements of classical logic*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1983.

MENDELSON, E., *Introduction to mathematical logic* (2th. edition). New York: D. van Nostrand Company, 1979.

NELSON, J., Relative identity. *Noûs*, 4, no. 3, 1970, pp. 241-260.

NOONAN, H. W., Identity. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (winter 2011 edition). Disponível on-line: <http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/identity/>. Acessado em 16/02/2012.

PERRY, J., The same F. *The philosophical review*, 79, no. 2, 1970, pp. 181-200.

QUINE, W. V., Indentity, ostension, and hypostasis. *The Journal of Philosophy*, vol. 47, no. 22, 1950, pp. 621-633.

QUINE, W. V., Ontological relativity. *The Journal of Philosophy*, 75(7), 1968, pp.185-212.

QUINE, W. V., *Sobre o que há*. São Paulo: Abril Cultural (Col. os Pensadores), 1980.

STEVENSON, L., Relative identity and leibniz's law. *The philosophical quarterly*, 22, no. 87, 1972, pp. 155-158.

ZEMACH, E. M., In defence of relative identity. *Philosophical Studies*, 26, 1974, pp. 207-218.